

Gestão de Crises e Covid-19: a Violência Contra Idosos e Pessoas do Grupo de Risco¹

Gardene Leão de Castro²
Universidade Federal de Goiás, Goiás, GO

RESUMO

Neste artigo, faço a análise das falas do Presidente Jair Bolsonaro diante da crise do COVID-19. Para analisar as falas do presidente, trabalho a partir da perspectiva metodológica da Análise de Discurso Francesa, uma prática especializada em observar as construções ideológicas presentes em um discurso, considerando não apenas a materialidade da linguagem, como também sua exterioridade (condições históricas, sociais e culturais). A partir da análise, questiono se Jair Bolsonaro não seria o novo rei soberano, discutido por Foucault (1987), que decide quem pode viver e pode morrer neste contexto de pandemia. Ao pedir o retorno ao convívio social, ele está expondo à morte, multiplicando para as pessoas que estão no grupo de risco a possibilidade de morte, como argumenta Foucault (2005).

PALAVRAS-CHAVE: violência; comunicação; envelhecimento; gestão de crises; covid-19.

As violências: possíveis significados

A violência é um fenômeno que muito chama a atenção de pesquisadores nas universidades, dos governos, das instituições e, principalmente, da mídia, que explora os fatos violentos cotidianamente, através de manchetes sensacionalistas. Entender a noção de violência e suas definições revela um conjunto de práticas, comportamentos e representações presentes nas sociedades, especialmente no cotidiano dos grandes centros urbanos.

Os autores contemporâneos assumem que a violência não é um conceito único (ZALUAR, 1992), pois ele abriga dimensões distintas e sua configuração pode decorrer de violações nem sempre materiais ou físicas, como também pode acontecer no campo simbólico, psicológico e moral (BOURDIEU, 2003; ADORNO, 2002 e CHAUI, 2003).

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em Educação. Pós-graduada em Assessoria de Comunicação e em Juventude. Professora Adjunta do Curso de Relações Públicas na Faculdade de Informação e Comunicação da UFG, e-mail: gardeneleao@gmail.com.

Segundo Porto (2010), a violência deve ser entendida de forma subjetiva, relacionando-se os aspectos objetivos (dados concretos) e as representações que os indivíduos constroem sobre o fenômeno. Para a autora, não se pode, sociologicamente falando, dizer que existe uma violência, já que suas raízes são múltiplas. Misse (1999) também afirma que a violência é um conceito polissêmico, sendo melhor pensar em violências, com suas múltiplas especificidades. Portanto, as violências não podem ser sistematicamente identificadas a uma única classe ou grupo social, nem aos seus condicionantes territoriais ou espaciais. Assim, é um equívoco categorizar um grupo de pessoas ou vincular uma determinada classe social, lugares, famílias ou até mesmo bairros inteiros e cidades como violentos, analisando somente dados estatísticos. Tais estereótipos e homogeneizações não ajudam a compreender a questão em toda sua complexidade.

Souza (2006) também parte de uma perspectiva relacional para entender o fenômeno. Segundo a autora, a violência não pode ser tratada como um objeto que tem vida própria e que tem uma definição única. É preciso entender a violência no contexto da sociedade. É importante, portanto, pensar o tema relacionalmente, percebendo-o como manifestação das relações entre homens e sociedade, que muda ao longo do tempo, como propõe Elias (1990).

Michaud (2001) também afirma que existe uma dificuldade de se definir um conceito único da violência, devido à diversidade de definições. Segundo o autor, é preciso admitir que não há um discurso único, nem saber universal sobre o fenômeno: esse saber está atrelado à cada sociedade e ao seu contexto histórico, social e cultural, segundo seus próprios critérios e seus próprios problemas, com maior ou menor êxito.

Portanto, para se pensar a violência, é preciso considerar suas múltiplas facetas, o contexto histórico, social e econômico de cada localidade onde ela ocorre e, ainda, as subjetividades dos sujeitos envolvidos em situações de conflito.

Boudieu (1998) pensa a violência a partir do conceito de violência simbólica, não sendo, necessariamente, a violência física. Segundo o autor, o poder simbólico está em toda parte e é pouco percebido ou notado: ele é um poder invisível, podendo ser exercido com a cumplicidade tanto daqueles que não sabem que estão sujeitos a ele, como daqueles que o exercem. O autor define a violência simbólica como sendo uma:

...violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do

conhecimento, ou, precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento...
(BOURDIEU, 2003 p.7)

Os sistemas simbólicos só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. Além disso, as relações de comunicação são, para ele, sempre relações de poder que dependem, em sua forma e no seu conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes ou pelas instituições.

Enquanto sistemas simbólicos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, as instituições, como os meios de comunicação de massa, cumprem sua função política de imposição ou legitimação da dominação, assegurando o domínio de uma classe sobre a outra, através da violência simbólica. A violência simbólica se constitui, portanto, por intermédio da adesão que uma classe dominada concede ao dominante.

Logo, as diferentes classes sociais estão envolvidas em uma luta simbólica para impor a definição do mundo social conforme os seus interesses, estando em jogo o monopólio da violência simbólica legítima “...quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social...” (BOURDIEU, 1998, p.12).

Os sistemas simbólicos devem sua força ao fato de que suas relações só se manifestam de forma irreconhecível e imperceptível. O poder simbólico, como poder de constituir através da enunciação, confirma ou transforma uma determinada visão de mundo, de acordo com interesses de um grupo dominante. Para Bourdieu (1998), este poder, quase mágico, permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física ou econômica, já que não pode ser reconhecido, logo é ignorado como impositivo e arbitrário.

Segundo Pinto (2000, p.81), o poder simbólico, poder específico de consagrar ou desqualificar, é uma arma e um jogo. Ele consiste na autoridade, condição que permite agir legitimamente em determinado campo, onde as relações de força entre os agentes se apresentam sob a forma transfigurada de relações de sentido.

Longe de afirmar que as estruturas de dominação e de violência simbólica são a-históricas, Bourdieu (2003) tenta comprovar que elas são produto de um trabalho incessante e histórico de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos e instituições. Para o autor, a força simbólica é uma forma de poder que se exerce de

maneira invisível, através da familiarização com um mundo físico simbolicamente estruturado e da experiência permeada pela estrutura de dominação.

Segundo Martins (2002), a violência simbólica, além de perpassar os agentes sociais, por meio de instituições como o sistema escolar e os meios de comunicação de massa, dissimulam as relações de força que lhe estão na base, impondo significações de forma legítima. O que faz o poder das palavras para manter a ordem é a crença na legitimidade destes enunciados. O seu poder de dissimular faz com que a violência seja ainda mais dura, transformando-a em poder simbólico, produzindo efeitos concretos.

O efeito da dominação simbólica se exerce através de esquemas de percepção que são constitutivos do *habitus* e que se fundamentam além das decisões ou controle dos agentes sociais, em uma relação obscura e efetivamente legitimadora das intenções de dominação de uma classe detentora de capital simbólico.

Bourdieu (2003) afirma que a magia do poder simbólico desencadeia nos dominados, até mesmo contra sua própria vontade, a aceitação da dominação. As paixões do *habitus* dominado, lei social convertida em lei incorporada, não são modificadas com um simples esforço de vontade.

Segundo o sociólogo francês, em vez de se exercer na lógica pura das consciências, o efeito da dominação simbólica se apresenta na obscuridade das disposições do *habitus*. O poder simbólico se desenvolve com a colaboração dos que lhe estão sujeitos porque estes contribuem para construí-lo como tal.

Bourdieu (2001) também afirma que a dominação sempre possuiu uma dimensão simbólica. Estes atos de obediência são atos de conhecimento que mobilizam estruturas cognitivas que são aplicadas em todas as coisas do mundo e nas estruturas sociais. Portanto, a violência simbólica se processa por um ato que se efetiva além da consciência e da vontade dos agentes, conferindo, assim, seu poder hipnótico. Uma relação de dominação depende desta cumplicidade entre dominantes e dominados.

Neste artigo, iremos discutir como a violência simbólica de determinados grupos dominantes, como, no Brasil, no caso do governo de Jair Bolsonaro, em tempos de Covid-19, estão impondo uma violência física e simbólica contra os grupos de risco e às pessoas idosas, visto que o discurso utilizado pelo Presidente é contrário à todas recomendações dos principais órgãos de saúde e organizações competentes ligadas ao tema mundialmente, aproximando/expondo, desse modo, essas pessoas à riscos maiores de morte. Quando o governo incentiva, na mídia, o retorno ao trabalho, sem que haja

proteção das pessoas idosas e os grupos de risco ao COVID-19, além de ser uma violência simbólica contra estes grupos, já que são “descartáveis” e não farão falta à sociedade, estão expondo os mesmos à uma morte física. Uma morte fria, solitária, sem que os familiares tenham direito ao menos de uma despedida digna. Trata-se também de uma violência moral, social e antidemocrática. Tema que discutiremos à diante.

O novo racismo e a exclusão de minorias

Ao discutir os dispositivos atuantes no biopoder, Foucault (2005) aponta como o racismo se inseriu como mecanismo fundamental exercido nos Estados modernos, decidindo quem deve viver e quem deve morrer. A distinção das raças e a qualificação das raças “superiores” como boas e outras como “inferiores” acabou por fragmentar o campo do biológico, estabelecendo uma censura que subdivide espécies.

Segundo o autor, o racismo decide quem deve viver e quem deve morrer. A distinção das raças como boas, e outras, ao contrário, como inferiores, faz surgir grupos de dominação que são superiores ou inferiores a outros. De outro lado, segundo o autor, o racismo tem uma função: tem o papel de permitir matar e fazer morrer, ou deixar morrer. Nesse tipo de racismo, quanto mais espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais indivíduos inferiores ou anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie “superior”. A morte do outro, do degenerado, do anormal e do inferior deixará a vida em geral mais sadia e mais pura.

Foucault (2005) afirma que o racismo também tem outra função: uma relação que autoriza a grande quantidade de morte do indivíduo “anormal”. Portanto, quanto mais indivíduos considerados “anormais” forem eliminados, menos “degenerados” e mais pura será a raça superior. O racismo seria, então, a condição de aceitabilidade de tirar a vida em uma sociedade de normalização. O autor afirma que tirar a vida não é simplesmente o assassinato direto, mas também tudo o que pode ser assassinato indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte, a morte política, a rejeição etc.

No caso do objeto de estudo desse artigo, discutimos como, no governo de Jair Bolsonaro, os idosos e as pessoas do grupo de risco estão sendo expostos à morte, em tempos de Covid-19, ao incentivar que essas pessoas estejam em contato com a doença. Os idosos e as pessoas do grupo de risco seriam vítimas do racismo discutido por Foucault (2005), pois essas pessoas estão sendo colocadas em contato com o assassinato direto,

mas também tudo o que pode ser assassinato indireto, como discute o autor: o fato de expor à morte, multiplicando os riscos de morte.

Os idosos, historicamente, em nossa sociedade, são considerados descartáveis, já que, no sistema capitalista, não produzem como os jovens. Nesse governo, fica evidente o descaso, a exposição dos grupos de risco à morte e ao preconceito. Em todo questionamento por parte daquele que julga ou caracteriza o outro como velho demais, existe uma subjetividade fundamentada em valorações manifestas, muitas vezes infundadas.

Segundo Nascimento (2018), na sociedade atual, o idoso aparece como sendo o que não sabe, se comparado aos jovens que, inclusive, têm mais facilidade para aprender. Enquanto o mundo evolui rapidamente, o ritmo de vida do idoso fica cada vez mais lento, mais cheio de limitações físicas e comorbidades. O idoso passa a ser aquele, muitas vezes, menos útil, menos produtivo e menos necessário num mundo capitalista, cujo mover se dá em função do trabalho, da lucratividade, da rapidez e da instantaneidade. Assim, a velhice passa a ser tratada como uma mercadoria qualquer que perde seu potencial.

Uma outra discussão importante sobre o envelhecimento é proposta por Elias (2001). Segundo o autor, são consideradas normais pessoas saudáveis como boa capacidade de movimentação, sendo que os velhos são considerados um desvio da norma social, pois são mais lentos, sendo um obstáculo para a sociedade. Assim, eles são encaminhados para asilos, seja pela família ou pelo Estado. Mesmo que haja um atendimento para essas pessoas nesses locais, há um rompimento com as pessoas consideradas “normais”, os jovens e as pessoas saudáveis da sociedade, fazendo com que esses idosos vivam um sentimento de isolamento e solidão.

A partir da discussão proposta por Foucault (2005), os idosos seriam vítimas do racismo atual, pois são considerados “anormais”, pois não produzem e não são ativos como os jovens no sistema capitalista. Esse racismo autoriza a morte do indivíduo considerado “anormal”. Em tempos de COVID-19, os idosos e os grupos de risco são considerados “anormais” e são expostos à morte. Uma disjunção social que deve ser discutida. Que tipo de valores defendemos na sociedade atual? Quem pode viver e pode morrer? Que tipo de sensibilidade construímos atualmente? É preciso questionar esse governo genocida e que decide quem deve viver e quem deve morrer.

Neste contexto de crise, discutimos, também, como um comunicador, no caso o Relações Públicas, deveria atuar para defender a imagem de uma organização ou governo. Essa reflexão é apresentada a seguir.

Relações Públicas e gerenciamento de crises

Para Kunsch (2008), relações públicas é a atividade que gerencia a comunicação e planeja ações estratégicas de maneira positiva para seus públicos de interesse e trabalha como mediador no relacionamento entre ambos. Nas mais diversas formulações teóricas, o público é colocado como central nessa profissão. Corrêa (1998) atrela a área de relações públicas à opinião pública e público, pois segundo o autor é a profissão que mais trabalha com ambos os pontos.

De maneira geral, relações públicas é vista com o objetivo de mediar à comunicação de uma organização com seus *stakeholders*, buscando manter um consenso entre ambos. Os *stakeholders* são os públicos de interesse que a organização possui ou deseja aproximação e que “[...] afetam e são significativamente afetados pelas atividades da organização: clientes, colaboradores, fornecedores, imprensa, governo, comunidade, entre outros” (ROCHA, 2000, p.6). Assim, as relações públicas se comunicam com a opinião pública a fim de gerar uma compreensão mútua entre empresa e públicos:

Cabe às Relações Públicas a importante tarefa da formação de públicos junto às empresas ou instituições, levantando as controvérsias, fornecendo todas as informações e facilitando a discussão, à procura de uma opinião ou decisões coletivas, tendo em vista o interesse social (ANDRADE, 1983, p. 13).

Destaca-se também a importante função do profissional de relações públicas em detectar situações que possam afetar a imagem da organização a qual atua e direcionar a comunicação a cada público para diminuir ruídos (NOGUEIRA, 1987). E se porventura, algo afeta a imagem da empresa e os fatos venham principalmente a público, à área de relações públicas é responsável por gerenciar tais crises. E além de agir em situações de emergência, é necessário se preparar também para as mais diversas possibilidades e cenários complexos que possam prejudicar a organização com atitudes proativas.

É, sobretudo nas situações de crise que o relações públicas deve transparecer credibilidade, com linguagem adequada e clareza para que os *stakeholders* mantenham-se informados sobre os assuntos que envolvem a empresa (TUZZO, 2016). De acordo

com Forni (2010, p. 388) “nenhuma empresa, por mais sólida, admirada e moderna que seja, está imune à crise” e que situações de crise podem vir em diferentes intensidades, desde aquelas mais alarmantes, que prejudicam exponencialmente à reputação da empresa, até aquelas com menor intensidade que advém de notícias ou fatos que podem gerar inúmeros desdobramentos negativos. Desse modo, faz-se essencial um trabalho permanente de comunicação, com destaque em ações, que visam esclarecer, por diferentes formas e meios, os públicos de interesse, com vistas, principalmente, a obter o potencial controle da situação.

Assim, faz-se imprescindível a empresa ser também ágil nas respostas diante à opinião pública e veículos de comunicação. Forni (2010) reforça que alguns aspectos se fazem essenciais no gerenciamento de uma crise, como a própria organização assumir o controle e a dinâmica das informações, bem como buscar esclarecimentos rápidos frente à mídia, ainda que depois, sejam combinadas demais ações e estratégias com as áreas envolvidas. O autor destaca que na gestão da comunicação de crises, algumas ações devem ser evitadas como: deixar o jornalista sem retorno e a empresa omitir-se. Isso dará ao jornalista o impulso de escrever a sua ideia sobre os fatos, o que não deve acontecer.

As relações públicas procuram direcionar a comunicação da instituição de forma permanente e organizada, com o intuito de manter compreensão, simpatia e apoio daqueles com os quais ela se relaciona direta ou indiretamente. Dessa forma, de caráter geral é necessária a realização de pesquisas de opinião, análises constantes de imagem nas mais diferentes mídias, adaptação do comportamento da organização com os resultados obtidos, manter uma identidade organizacional clara frente aos colaboradores e obter uma cooperação eficaz, em que os interesses em comum entre os públicos sejam respeitados e visualizados claramente. Portanto, percebe-se a gama de atividades e múltiplas facetas que o profissional recebe, com caráter extremamente estratégico e analítico em face de ambientes dinâmicos e competitivos.

Portanto, percebe-se o que o Relações Públicas possui aptidões para o gerencialmente de crises e para o diálogo com os diferentes *stakeholders* da organização. Em tempos de uma crise mundial como o Covid-19, como o Relações Públicas deveria atuar nesse processo? Será que o governo de Jair Bolsonaro está atuando de forma adequada ao gerenciar a crise do Covid-19? É o que nós, enquanto Relações Públicas, discutiremos a seguir.

Gestão de Crises e Covid-19: a violência do governo Bolsonaro contra idosos e pessoas do grupo de risco

Desde que o Brasil teve o primeiro caso de COVID-19, no dia 26 de fevereiro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro vem minimizando os riscos da doença, fazendo pouco caso do isolamento social, defendendo o retorno ao trabalho para que o país não sofra perdas na economia. Economia essa, que com o colapso da saúde, também perderá drasticamente.

Para analisar as falas do presidente Jair Bolsonaro, trabalho a partir da perspectiva metodológica da Análise de Discurso Francesa. A análise de discurso é uma prática especializada em observar as construções ideológicas presentes em um discurso, considerando não apenas a materialidade da linguagem, como também sua exterioridade (condições históricas, sociais e culturais). Segundo Orlandi (2006), nos estudos da análise de discurso passamos a reconhecer que a língua não é transparente, que o homem se faz na relação com a história de forma opaca e que o sujeito não é transparente nem para si mesmo.

Assim trabalha a AD, dispositivo que considera que é na materialidade linguística que se articulam história e ideologia³. Ela procura compreender a língua fazendo sentido enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social, constitutivo do homem e da sua história, contribuindo ao problematizar as maneiras de interpretar as diferentes manifestações de linguagem.

Diferentemente da análise de conteúdo, a AD considera que a linguagem não é transparente, já que o equívoco e a falha constituem o discurso. Não importa para a AD a intenção do sujeito, mas sim os efeitos de sentido do seu discurso. Partindo desta premissa, entende-se que o sujeito não controla os efeitos de sentidos de seu discurso, inserindo, assim, a exterioridade como elemento que faz parte da produção de sentidos.

³ O sentido proposto pela análise de discurso para a definição do termo ideologia é outro. Para a AD, a materialidade ideológica só é possível de ser apreendida a partir da materialidade linguística. A interpelação do sujeito em sujeito ideológico se efetua a partir de sua identificação com as formações discursivas que o dominam. Ao interpelar o sujeito e produzir um efeito de evidência, a ideologia produz um processo de naturalização dos sentidos. Segundo Orlandi (1997), para a AD, a ideologia não se define como um conjunto de representações. Ela é uma prática não consciente, que funciona por meio do efeito da relação do sujeito com a língua e com a história para que signifique. Portanto, ao interpelar o sujeito e produzir um efeito de evidência, a ideologia produz um processo de naturalização dos sentidos, que vão sendo apropriados no intradiscurso como naturais.

Logo, a AD trabalha com a noção de efeitos de sentido, já que, em uma determinada condição de produção, várias formações discursivas são construídas tendo presente não somente sua materialidade, como também sua exterioridade. Portanto, entende-se que o sujeito não controla, nem se assim o desejar, os efeitos de sentido de seu dizer.

No dia 15 de março de 2020, o Brasil tinha 200 casos de Covid-19. Bolsonaro disse: "Não podemos entrar numa neurose"⁴. Naquele dia, o presidente estava em monitoramento recomendado pelo ministério da Saúde, pois boa parte de sua comissão nos Estados Unidos havia sido contaminada. Ele, no entanto, apoiou e participou de atos pró-governo, tocando nos manifestantes e manuseando o celular de alguns deles para fazer fotografias, contrariando, assim, às normas recomendadas pelo Ministério da Saúde. Depois, disse à CNN Brasil: "Não podemos entrar em uma neurose como se fosse o fim do mundo. Outros vírus mais perigosos aconteceram no passado e não tivemos essa crise toda. Com toda certeza há um interesse econômico nisso tudo para que se chegue a essa histeria..."

No dia 17 de março de 2020, Bolsonaro afirmou que existia uma "histeria" em relação à crise da COVID-19 e disse que faria uma festa para celebrar. Ele declarou à rádio Super Tupi: "Esse vírus trouxe uma certa histeria. Tem alguns governadores, no meu entender, posso até estar errado, que estão tomando medidas que vão prejudicar e muito a nossa economia..."

No dia 20 de março de 2020, afirmou: "depois da facada, não vai ser gripezinha que vai me derrubar, não, tá ok? Se o médico ou Ministério da Saúde recomendar um novo exame, eu farei. Caso contrário, me comportarei como qualquer um de vocês aqui presentes..."

No dia 24 de março de 2020, em novo pronunciamento, relatou: "o sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos.

⁴ As falas do presidente Jair Bolsonaro citadas neste artigo foram extraídas da matéria "Todos nós vamos morrer um dia: veja falas de Bolsonaro sobre o coronavírus, publicada por Alex Taira, no dia 01/05/2020, em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/01/todos-nos-vamos-morrer-um-dia-as-frases-de-bolsonaro-durante-a-pandemia.htm>

Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine...”

Nessa fala do presidente, vemos que ele não se preocupa com as pessoas consideradas do grupo de risco, inclusive os idosos. Neste caso, não seria Jair Bolsonaro o novo rei soberano, discutido por Foucault (1987), que decide pela vida e pela morte, neste contexto de pandemia? Ao pedir o retorno ao convívio social, contrariando decisões de órgãos competentes e de cientistas, ele multiplica para as pessoas que estão no grupo de risco a possibilidade de morte, como argumenta Foucault (2005).

O presidente continua com seu discurso: no meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão...”

No caso do presidente Jair Bolsonaro, ele se considera fora do grupo de risco, por ter um “histórico de atleta”. E as pessoas que possuem doenças e outras comorbidades, essas podem morrer? E os idosos e pessoas com doenças crônicas, suas vidas valem menos? O que vemos no discurso do presidente é um discurso píffio, que não reproduz a preocupação o bem estar coletivo e o bem comum de todo um país. Com efeito, o art. 3º do Estatuto do Idoso, lei, n.10741/2003⁵, determina que constitui obrigação da família, da comunidade e do Poder Público, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida e à saúde da pessoa idosa.

As disposições constantes do art.5º da Constituição⁶ declara: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. De forma crucial, essa proteção constitucional conferida à vida humana, não pode ser limitada a qualquer interesse que menospreze, em tempos de COVID-19, uma vida em detrimento à outra.

No dia 27 de março de 2020, o presidente declarou: "não estou acreditando nesses números" - 3.417 casos e 92 mortes. Ele disse, sem provas, que estados estavam fraudando as causas das mortes das pessoas. “Se for todo mundo com coronavírus, é sinal

⁵ Fonte: http://bvs.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_3edicao.pdf.

⁶ Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

de que tem estado que está fraudando a causa mortis daquelas pessoas, querendo fazer um uso político de números. (...) Em São Paulo não estou acreditando nesses números...”

No dia 12 de abril de 2020, Bolsonaro disse que “o vírus está indo embora”. Dois dias antes, o país havia ultrapassado a marca de mil mortos pela COVID-19. No mundo, eram mais de 100 mil mortos. Ele afirmou: “parece que está começando a ir embora essa questão do vírus, mas está chegando e batendo forte a questão do desemprego...”

É possível perceber que a economia é a máxima de seu discurso. Na sua fala, as pessoas do grupo de risco e os idosos não são importantes, parecem ser descartáveis, assim como argumenta Elias (2001). Para o autor, são consideradas normais pessoas saudáveis e jovens, sendo que os mais velhos são considerados um desvio da norma social, pois são lentos e com comorbidades, um obstáculo para a sociedade. No discurso de Bolsonaro, percebemos que os idosos e as pessoas do grupo de risco são vítimas do racismo discutido por Foucault (2005), pois não produzem e não são ativos como os jovens dentro do sistema capitalista. Como já apontamos, esse racismo autoriza a morte do indivíduo considerado “anormal”. Em tempos de Covid 19, os idosos e os grupos de risco são os considerados “anormais”.

No dia 20 de abril, ao ser questionado sobre as vítimas, o presidente afirmou que não é “coveiro”. “Ô, cara, quem fala de... Eu não sou coveiro, tá certo?”. Mais cedo, Bolsonaro já havia dito que 70% da população será contaminada e “não adianta querer correr disso”. “Aproximadamente 70% da população vai ser infectada. Não adianta querer correr disso. É uma verdade. Estão com medo da verdade?”, afirmou. “Levaram o pavor para o público, histeria. E não é verdade. Estamos vendo que não é verdade. Lamentamos as mortes, e é a vida. Vai morrer”, completou.

Que presidente é esse, que banaliza a morte de várias pessoas de seu país? Que diz: “vai morrer” e “não sou coveiro”. Esse discurso é inaceitável para qualquer cidadão que pensa no bem comum e na coletividade, e muito menos ainda, para o presidente de um país. Aquele que deve ser o “espelho” de uma nação.

No dia 28 de abril de 2020, com 71.886 casos confirmados de COVID-19 e 5.017 mortes, com o Brasil ultrapassando a China, que registrou, até aquele momento, oficialmente 4.643 vítimas da covid-19, o presidente segue: “E daí? Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre...” Um discurso irônico diante da dor e da perda de cidadãos brasileiros com histórias de vida, famílias que não puderam nem ao

menos se despedir de seus mortos com dignidade. Um presidente que minimiza a dor do outro, sem se responsabilizar por seus atos e suas palavras.

Considerações finais

Como Relações Públicas, percebemos que o presidente Jair Bolsonaro está agindo de forma imatura e inconsequente ao lidar com a COVID-19. Conforme já discutido, é nas situações de crise que o Relações Públicas deve transparecer credibilidade, linguagem adequada e clareza para que os públicos se mantenham informados sobre os assuntos que lhes interessam. Jair Bolsonaro é infantil ao lidar com a situação de crise do COVID-19. Suas respostas são irônicas, cheias de desdém. E quando um jornalista ou repórter pergunta algo que lhe incomoda, ele simplesmente, em vários momentos, diz que vai encerrar a entrevista.

Forni (2010) ressalta que é imprescindível, em um momento de crise, ser ágil nas respostas diante da opinião pública e dos veículos de comunicação. Segundo o autor, é importante buscar esclarecimentos rápidos frente à mídia, não deixando o jornalista sem retorno ou omitindo-se. Isso é exatamente o contrário do que o presidente Jair Bolsonaro faz em seu relacionamento com a mídia. Várias vezes é grosso, ríspido e, diante de perguntas que o incomodam, termina suas falas, dizendo “está encerrada a entrevista”.

Em tempos de uma crise mundial como o COVID-19, temos certeza que o Relações Públicas responsável, ético e humano não atuaria desta forma diante deste momento de crise. Definitivamente, Jair Bolsonaro não está atuando de forma adequada ao gerenciar a crise do COVID-19. Muito menos de forma ética, humana e responsável. Jair Bolsonaro é novo rei soberano no Brasil, como discute Foucault (1987), que decide quem pode viver e pode morrer neste contexto de pandemia. Ao pedir o retorno ao convívio social, ele está expondo à morte, como argumenta Foucault (2005). É preciso que nos questionemos, que nos angustiemos e coloquemos a discussão do valor da vida em primeiro lugar.

Conforme já discutido, Bourdieu (1998) pensa a violência a partir do conceito da violência simbólica: ele é um poder invisível, que se manifesta de forma irreconhecível e imperceptível. Para o autor, esse poder permite obter o equivalente ao que é obtido pela força física e econômica. Ele consiste na autoridade, onde as relações de força entre os agentes se apresentam sob a forma transfigurada de relações de sentido. Bourdieu (2003)

afirma que a magia do poder simbólico desencadeia nos dominados, até mesmo contra sua própria vontade, a aceitação da dominação.

Trazendo a discussão do poder simbólico para o contexto da COVID-19, no discurso de Jair Bolsonaro, além da autorização da morte dos indivíduos considerados “anormais”, no conceito de racismo discutido por Foucault (2005), vivemos as consequências de uma violência simbólica, visto que muitos cidadãos brasileiros aceitam, assimilam e perpetuam o discurso “fechados com Bolsonaro” como sendo verdadeiro e único e colocam em prática suas ações em suas vidas cotidianas, evitando ações como o uso de máscaras e álcool em gel, convivendo em festas e aglomerações e agindo como se a COVID-19 não existisse. O discurso do “rei soberano” exerce um poder de fascínio sobre os seus súditos, que farão exatamente o que ele disser. Trata-se de uma violência física e simbólica. É preciso se indignar e se posicionar. Antes que seja tarde demais. Existirão perdas na economias? Sim. Mas devemos lutar pela vida como um direito de todos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**. Porto Alegre, no.8, July/Dec. 2002, p. 84-135.

ANDRADE, C. **Para entender relações públicas**. Edições Loyola, 1983.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. A gênese dos conceitos de habitus e de campo: *In: O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

_____. Violência Simbólica e Lutas Políticas. *In: Meditações Pascalinas*. Tradução Serigo Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CHAUÍ, M. Sobre a violência. *In: CAMACHO, T. (Org). Ensaio sobre violência*. Espírito Santo: EDUFES, 2003.

ELIAS, N. Envelhecer e morrer: alguns problemas sociológicos. *In: A solidão dos moribundos*, seguido de Envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. pp. 79-103.

_____. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. v1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FORNI, J. Comunicação em tempo de crise. *In: DUARTE, Jorge (org.) Assessoria de imprensa e Relacionamento com a mídia: teoria e técnica*. 3ed. São Paulo: Atlas, 2010.

-
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. **Vigiar e Punir**. O nascimento da Prisão. Petrópolis, Editora Vozes, 1987
- KUNSCH, M. Planejamento estratégico da comunicação. **Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas**, v. 2, p. 107-123, 2008.
- MARTINS, C. Sobre a noção de prática. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 62, mar. 2002.
- MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ed. Ática, 2001.
- MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos**: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese (doutorado em Sociologia) . Rio de Janeiro: Iuperj, 1999.
- NASCIMENTO, A. **TRABALHO, APOSENTADORIA E ENVELHECIMENTO**: entre os caminhos da (in)segurança social e das (in)certezas pessoais. Um estudo com docentes da Universidade Federal de Goiás. . Tese (doutorado em Sociologia) . Goiânia: UFG, 2018.
- NOGUEIRA, N. **Opinião pública e democracia: desafios à empresa**. São Paulo: Nobel: 1987.
- ORLANDI, Eni. Análise de Discurso. *In*: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. **Discurso e Textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.
- PINTO, L. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- PORTO, M. S. G. **Sociologia da Violência**. Do conceito às representações. Brasília: Verbaná Editora. 2010.
- ROCHA, T; GOLDSCHMIDT, Andrea. **Gestão dos stakeholders: como gerenciar o relacionamento e a comunicação entre a empresa e seus públicos de interesse**. Editora Saraiva, 2000.
- SOUZA, D. **Violência, poder e autoridade em Goiás**. Goiânia, Editora da UFG, 2006.
- TUZZO, S. **Os sentidos do impresso**. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.
- ZALUAR, A. Introdução. *In*: **Drogas e Cidadania**. Org: ZALUAR, A. São Paulo: Brasiliense. 1992.
- CIDADES. Para polícia, tráfico é a principal causa. **Jornal O Popular**. Disponível em: <http://www.opopular.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2015.